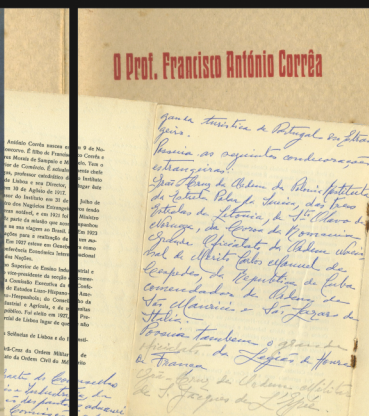


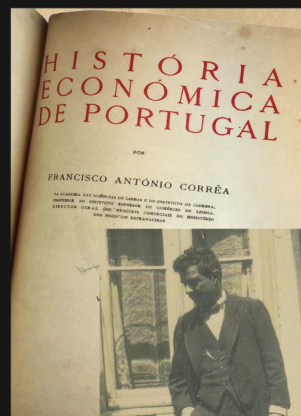
REVISTA 9

CEPIHS

Dezembro 2019



Torre de Moncorvo

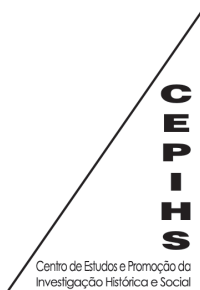


Centro de Estudos e Promoção
da Investigação Histórica e Social
Trás-os-Montes e Alto Douro

CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL
TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Revista
CEPIHS
9

Coordenação
Adília Fernandes



2019

Ficha Técnica

Directora	Adília Fernandes
Conselho de Redação	Adília Fernandes, Ana Rita Carqueija Rodrigues, José Ricardo, Odete Paiva, Otilia Lage
Conselho Editorial	Adília Fernandes, Adriano Vasco Rodrigues, António José Queiroz, António José Pinto do Fundo, António Pimenta de Castro, Augusto Moutinho Borges, Aurélio de Oliveira, Carlos Bastien, Eduardo Domingues, Filipe Pinheiro de Campos, João Paulo Braga, Jorge Fernandes Alves, Justino Magalhães, Maria Engrácia Leandro, Maria Ivone da Paz Soares, Maria Otilia Pereira Lage, Norberto Cunha, Norberto Ferraz, Odete Paiva, Paula Sofia Costa Fernandes, Pedro Teotónio Pereira, Teresa Nunes, Virgílio Tavares
Conselho Científico	Adriano Vasco Rodrigues, Fernando Machado, Fernando de Sousa, José Marques, José Viriato Capela, Maria Norberta Amorim, Norberto Cunha, Vitor Serrão
Propriedade	CEPIHS – Centro de Estudos e Promoção da Investigação Histórica e Social: Trás-os-Montes e Alto Douro
Edição	Edições Húmus
Capa	Isabel Caldeira
Fotocomposição	Frederica Claro de Armada (Evolua Edições) Tel. 964075601 fcarmada@evolua.pt
Apoio	DRCN; Município de Torre de Moncorvo; CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço, Memória’) – Universidade do Porto
Contactos	CEPIHS Tel. 961833810 cepihs@gmail.com Edições Húmus Tel. 252301382 humus@humus.com.pt
ISSN	2182-0252
Depósito legal	322287/11
Data de edição	Dezembro de 2019
Impressão	Papelmunde – Vila Nova de Famalicão

O conteúdo dos artigos e eventuais direitos sobre as imagens utilizadas são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, assim como a opção pelo uso, ou não, do novo acordo ortográfico.

O ECONOMISTA FRANCISCO ANTÓNIO CORREIA (1877-1938)

Carlos Bastien*

Resumo – Francisco António Correia foi economista e professor do Instituto Superior de Comércio de Lisboa, na primeira metade do século XX. Legou uma importante obra relativa às relações económicas internacionais, defendendo, numa perspectiva eclética e liberal, a cooperação económica internacional, incluindo a criação de uma união económica europeia.

Palavras-chave – História das ideias económicas em Portugal; Economia internacional; Integração europeia.

Introdução

Francisco António Correia, técnico aduaneiro, professor e economista atingiu a maturidade intelectual na época da Primeira Guerra Mundial, intervindo no espaço público no período entre guerras, numa época de desaceleração do crescimento económico, de desagregação do mundo liberal vindo do século XIX, de afirmação crescente dos capitalismo autoritários e do nacionalismo agressivo, do intervencionismo económico e de afirmação do socialismo.

Neste contexto, que era também de marcado pluralismo no campo da reflexão económica, Correia evidenciou, até quase ao fim da sua vida, uma mundivisão liberal moderada, em articulação com uma intervenção técnica e com uma acção política descontínua que se traduziu num conjunto de propostas político-económicas sobre a economia europeia e acessoriamente sobre a portuguesa. Essa sua intervenção no espaço público produziu efeitos nos planos administrativo, diplomático e cultural, em particular no âmbito do ensino da economia.

Enquanto economista e professor a revelou-se um representante tardio da corrente eclética que dominou a cena do pensamento económico em Portugal entre meados dos anos 50 do século XIX e a emergência do corporativismo nos anos 30 do século XX.

* Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa.

Não publicou obra no âmbito da teoria económica geral, mas deixou contribuição relevante no plano da economia internacional, subárea do saber económico de que foi pioneiro em Portugal, contribuindo para o seu reconhecimento no contexto da fragmentação disciplinar que se começava a desenhar desde os primeiros anos do século XX.

Os diversos estudos que publicou contêm fundamentalmente uma reflexão sobre os problemas que a economia internacional enfrentava no seu tempo, em particular as políticas proteccionistas, e revelam um acentuado sentido crítico e uma busca de soluções, assentes numa perspectiva de cooperação e de abertura das economias ao exterior, de modo a viabilizar a estabilização das relações internacionais e a permitir a retoma do crescimento económico.

A sua abordagem a esta problemática assumiu um cariz mais normativo e político-económico, com privilégio da economia aplicada e da apresentação literária, com conseqüente minimização da teoria pura e do formalismo matemático e, conseqüentemente, com alheamento de algumas contribuições relevantes que na sua época iam surgindo na cena internacional.

Em qualquer caso, a sua obra marcou de forma importante o ensino da especialidade, visto que só depois da rotura introduzida pela reforma dos estudos económicos em Portugal, ocorrida em 1949, é que as perspectivas académicas sobre a economia internacional de afastaram significativamente da sua visão nesta matéria. Já a sua intervenção político-económica foi prejudicada no seu impacto potencial quer no plano da renovação da hegemonia liberal quer no da eficácia política pelo seu distanciamento relativo do centro do poder e posteriormente pela afirmação do corporativismo, com o conseqüente abandono do ideário liberal.

A vida e a época de Francisco Correia

Francisco António Correia nasceu em Moncorvo em 1877 no seio de uma família da burguesia rural. Com 15 anos rumou a Lisboa onde se diplomou em 1899 com o curso superior de comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, iniciando de imediato uma carreira nas alfândegas como técnico aduaneiro.

Em 1913, contratado como professor extraordinário pelo recém-criado Instituto Superior de Comércio, iniciou uma longa e profícua carreira docente, assumindo em 1917 a categoria de professor catedrático. Leccionou um total de cinco cadeiras, sendo a mais importante, por corresponder à sua efectiva especialização, a de Política Económica Internacional.

Neste mesmo instituto desempenhou ainda o cargo de director entre 1917 e 1928, num mandato marcado, entre outros aspectos, pela execução de importantes melhoramentos nas instalações do Instituto, pela reforma de estudos de 1926, que aumentou o número de cadeiras leccionadas para vinte e oito, pela criação do curso livre de Estudos Coloniais, pela primeira proposta de criação do ensino pós-graduado na área da economia em Portugal e pelo lançamento da *Revista do Instituto Superior de Comércio*, através da qual o Instituto procurava dar maior visibilidade à produção científica do corpo docente.

Foi também vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa entre 1936 e 1938, ano do seu falecimento, e foi também professor, e numa certa fase director, da Academia de Comércio e Exportação, escola privada que funcionava no âmbito da Associação Comercial de Lisboa, que visava a preparação dos então designados caixeiros-viajantes. Realizou também diversas conferências, em particular na Academia das Ciências de Lisboa, e manteve ainda uma continuada actividade de publicista através de notas económicas e artigos de divulgação científica na imprensa periódica, em particular da *Revista das Alfândegas Portuguesas*, de que foi proprietário e redactor principal.

Para além da actividade docente, este intelectual orgânico da burguesia republicana desempenhou diversas funções no sector privado como no público, nomeadamente a de membro da delegação do Estado português à Conferência Económica Internacional promovida pela Sociedade das Nações em 1927, em Genebra, a de director-geral dos negócios comerciais do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a partir de 1929, cargo no qual procurou renovar a diplomacia portuguesa conferindo-lhe uma nova capacidade de intervenção nos assuntos económicos.

Também interveio na esfera política, por um período breve, de forma descontínua e à margem de qualquer filiação partidária ou maçónica.

Ainda assim, assumiu em 1920 e em 1921 os cargos, respectivamente, de ministro dos Negócios Estrangeiros e de ministro das Finanças. A assumpção do segundo daqueles cargos seria, aliás, a causa da rotura com o grupo fundador da revista Seara Nova com quem colaborou de modo efêmero, como havia já colaborado antes com a Liga de Acção Nacional.

Politicamente favorável à democracia liberal, deu alguns sinais de aproximação à ditadura militar e posteriormente ao Estado Novo e ao corporativismo nos anos finais da sua vida, mas sem sinal de ter substituído a sua visão liberal pelo organicismo típico da visão corporativa nem ter assumido qualquer cargo político após o colapso da Primeira República.

No plano económico, evitou as referências à desigualdade e à pobreza, que atingia parte significativa do povo português, e às consequências que isso poderia ter no processo de crescimento económico e assumiu a inexistência da questão social. Revelou-se partidário do capitalismo, admitindo, implicitamente, que a iniciativa privada era o meio adequado ao desenvolvimento do país, ao mesmo tempo que se afirmava um discreto opositor do reformismo social e sobretudo de soluções socialistas. No entanto, não sustentou um capitalismo de *laissez-faire*, mas um capitalismo cartelizado e em alguma medida intervencionista. Nunca expôs de forma detalhada e sistemática as suas ideias a respeito do sistema económico ou político que considerava mais adequado ao país, nem tão pouco realizou uma análise aprofundada da respectiva situação económica, mas não deixou de esboçar um programa económico desenvolvimentista a que, num dado momento, contraditoriamente, justapôs a ideia de que a emigração e o urbanismo eram “os dois grandes males do nosso país” e até preconizou o “regresso à terra”¹.

Mais estruturada foi a sua visão das relações económicas internacionais, revelando-se um defensor da superação progressiva das tendências proteccionistas, de modo a conferir uma coesão maior à economia internacional. A sua visão revelou-se aqui realista já que sobrepunha a consi-

¹ Francisco António Correia, *Estudos de Política Económica Internacional*, Lisboa, Oficinas Gráficas do ISCEF, 1934, p. 13.

Nota: O autor assina os seus trabalhos com o apelido Correia ou Corrêa. Registamos, neste estudo, aquele que consta em cada uma das obras em apreço.

deração do poder e do interesse estratégico dos Estados aos julgamentos morais, distanciando-se da utopia de outros liberais que aspiravam a uma ordem internacional assente nos princípios da moral kantiana.

Num plano geral, a sua contribuição científica e doutrinária, concentrada em dois dos livros reunindo os artigos mais relevantes que publicou, *Política económica internacional*, em 1922, e *Estudos de Política económica internacional*, em 1934, resulta numa interpretação relevante das relações internacionais que, ao conjugar diferentes níveis de análise, político, económico e histórico, denota potencial normativo e metodológico também para o entendimento do mundo actual.

O economista teórico

A contribuição de Correia para o saber económico assumiu uma dimensão teórica, embora não no terreno da economia pura, assente em modelos abstractos e formais.

Com efeito, Correia situou-se na continuidade da economia eclética, sistema teórico dominante no campo do pensamento Económico no país no seu tempo. À semelhança dos demais economistas integrados nesta linha de pensamento, recusou adoptar um sistema teórico na sua integralidade, enveredando, antes, pelo recurso selectivo a conceitos originários de sistemas diversos. Acresce que nos seus escritos a análise dos aspectos propriamente económicos, em obediência a uma preocupação de realismo, surge incorporada numa visão globalizante da sociedade, fundada numa metodologia indutiva e interdisciplinar, na incorporação de aspectos institucionais, jurídicos, políticos e históricos que condicionam a vida económica e na adopção de um modo de exposição literário. Correia foi um representante tardio desta corrente eclética, apesar de não ter produzido reflexão epistemológica sobre as respectivas condições, nem ter formulado uma exposição dos seus princípios gerais ou da sua metodologia. Nesta matéria, limitou-se a adoptar pontos de vista caros à literatura económica francesa afim da época, mas não deixou em diversos momentos de revelar a influência, explícita ou apenas implícita, das diversas correntes presentes na cena internacional da teoria económica.

Esta apresentava então uma feição pluralista, já que nela estavam presentes diversos sistemas teóricos com implicação na análise da economia internacional. O dado mais significativo era a emergência da primeira síntese neoclássica, um sistema que privilegiava o raciocínio abstracto, axiomático, individualista, dedutivo e formalizável, e cujos tópicos básicos eram, então, no campo restrito da economia internacional, a teoria das vantagens comparativas, entretanto esvaziada da hipótese clássica do valor-trabalho, a determinação do valor internacional e os primeiros esboços de uma teoria das uniões aduaneiras. Desenvolvido desde as primeiras décadas do século XX, por economistas como Vilfredo Pareto, Eli Heckscher ou Jacob Viner, e caminhando para a unificação das diversas versões no âmbito da teoria de equilíbrio económico geral, este sistema teórico não encontrou eco significativo nas reflexões de Correia, apesar de este ter adoptado, pontualmente, alguns conceitos da microeconomia neoclássica ao referir-se, por exemplo, aos mecanismos da concentração industrial ou ao mercado de trabalho. Mas no essencial, apesar de não proceder à sua crítica formal, é manifesto que Correia rejeitava os elementos definidores desta corrente, em particular uma ontologia que impunha a divisão radical entre instância económica e instância política, o individualismo metodológico e, bem assim, a visão do capitalismo enquanto sistema espontaneamente harmonioso e auto-equilibrado.

Também na transição do século XIX para o século XX surgiram os primeiros estudos representativos da corrente marxista com significado para a análise da economia internacional, designadamente por parte de Eduard Bernstein, Karl Kautsky e Otto Bauer, seguidos de trabalhos de maior impacto, em particular os da autoria de Vladimir Lenin e Nikolai Bukharin. Para estes autores, tratava-se de analisar a economia internacional a partir do conceito de imperialismo. Isto é, da ideia que a economia capitalista vivia, no início do século XX, uma etapa monopolista. Este processo era entendido como o alargamento à escala global do sistema de dominação e de exploração capitalista, através da exportação de mercadorias, de capitais e da constituição de zonas de influência, fenómenos promovidos pelos monopólios, pelo capital financeiro e pelos Estados ao seu serviço e também como um

sistema de rivalidades estratégicas entre os vários estados. Correia adoptou a ideia de imperialismo enquanto conceito axial da sua análise da situação internacional, mas um conceito simplificado que não é atribuível a uma eventual influência directa do pensamento marxista, que rejeitou expressamente, por considerar tratar-se de uma forma de determinismo económico. A sua referência fundamental nesta matéria é *La Politique Économique Internationale*, publicado em versão francesa em 1913 pelo economista austríaco Rudolf Kobatsch, que também tomou o conceito de imperialismo como central da sua visão da economia internacional, conferindo-lhe, também ele, um significado estranho à tradição marxista.

Apesar de referir, pontualmente, a obra de Gustav Schmoller não é evidente uma influência directa da nova escola histórica alemã e, em particular, deste economista, na obra de Correia.

O seu programa de investigação aproximava-se em alguns aspectos, em termos objectivos, daquela escola. Assim, por exemplo, a consideração de aspectos históricos situando os fenómenos económicos no tempo e no espaço, uma investigação orientada para a política económica e, fundamentalmente, a ideia de unidade da vida social expressa num circuito analítico que compreendia o Estado, o contexto institucional, o sistema económico e os agentes económicos concretos. A influência desta escola ter-lhe-á porventura chegado através da obra já citada de Kobatsch, que não era um representante típico da escola de pensamento, mas que adoptava o método histórico evolucionista.

Há uma evidente aproximação da obra de Correia à deste economista austríaco, que se auto apresentava como fundador da teoria das relações económicas internacionais, não só na definição desta área do saber como ramo semi-autónomo da ciência económica, como em muitos conceitos que estruturam a visão de ambos, particularmente os de economia nacional, de relações económicas internacionais, de política económica internacional e, como já referido, de imperialismo. No entanto, Correia parece não valorizar a ideia, cara a Kobatsch, de que a política económica internacional é regida por leis determináveis e susceptíveis de serem reunidas numa concepção unitária.

Talvez por isso, a reflexão de Correia não procurou apresentar o saber teórico de forma abstracta e sistematizada, dedicando-lhe apenas algumas observações, quando este se revelava necessário à fundamentação de algumas tomadas de posição em matéria de doutrina ou de política económica. Não por acaso, citou Adam Smith, mas quase ignorou toda a tradição clássica que sustentou o livre-cambismo, de David Ricardo a John Cairnes, como citou Friedrich List mas ignorou a tradição clássica em favor de soluções proteccionistas, de Lauderdale a Robert Torrens.

Do mesmo modo, ignorou a maioria dos manuais de teoria económica geral representativos das diversas correntes presentes na sua época neste campo do saber, incluindo os que continham alguma informação sobre a economia internacional. Neste âmbito, as suas referências iam pouco além do *Cours d'Economie Politique* de Jean-Baptiste Say, obra, que datava já de 1829, e de alguns outros manuais franceses, na sua maioria representativos da corrente eclética, em particular, o *Traité théorique et pratique d'Économie Politique* de Paul Leroy-Beaulieu e o menos divulgado *Précis d'Économie Politique* de Charles Brouilhet. Mas estas obras não dedicavam, por regra, grande atenção à economia internacional, que tomavam como um mero prolongamento do comércio interno e, portanto, sem dar lugar a uma construção teórica específica.

Mas mesmo os manuais de ensino que se reportavam especificamente à teoria da economia internacional, com excepção do já citado tratado de Kobatsch, não suscitaram o interesse de Correia. É sintomático que obras de referência nesta área e na sua época, como é o caso de *The Theory of International Prices* de James Angell, não foram objecto de qualquer alusão da sua parte.

Por um momento, passou em revista diversas correntes do pensamento económico, notando que Adam Smith combateu o sistema mercantil, formulou a sua teoria do comércio internacional e deu argumentos que seriam usados pela Liga de Manchester no combate a favor do livre-câmbio. Acrescentou, porém, e esse é um elemento fundamental na sua perspectiva – e porventura a principal conclusão que retira da abordagem que faz à história das ideias económicas –, que a vitória das ideias livre-

-cambistas resultou, em primeiro lugar, da vitória política dos grandes industriais contra os senhores das terras.

A preocupação em sublinhar que, historicamente, os interesses sociais e as conveniências políticas prevalecem sobre os princípios teóricos na hora da definição da política económica externa, revela-se, de novo, a respeito da formação do *Zollverein*, na Alemanha, que ter-se-á devido, também, “a considerações de ordem política”². É opinião de Correia que “não pode dizer-se que List defendesse a escola proteccionista baseado, apenas, em princípios de ciência pura”³.

Os estudos de Correia evidenciam por regra um saber onde teoria – que visava esclarecer não só as causas e os efeitos do comércio internacional, bem como os movimentos internacionais dos demais factores – e doutrina – que em obediência aos interesses sociais procurava definir as condições e os modos de intervenção do Estado nesse comércio e nesses movimentos – se apresentam na continuidade uma da outra, sem limites claros entre si. A interpretação dos fenómenos e das políticas relevava em parte da teoria, mas também, frequentemente, da doutrina e da experiência prática, ainda que sistematizada, sublinhando Correia que “são muito raros os casos de se tomarem teorias puras para base de reformas económicas”⁴. A ciência das relações económicas internacionais assume pois em Correia a natureza de ciência normativa, abarcando o conhecimento pelos métodos positivos, mas também o domínio das apreciações doutrinárias, prolongando-se, frequentemente, em observações de natureza prescritiva nas quais a análise dos problemas surge, por regra, associada a uma proposta de solução.

O economista doutrinário

A concepção doutrinária de Correia apresenta-se, à semelhança da teórica, igualmente eclética, no sentido em que também ela articula elementos provenientes de sistemas diversos.

² *Idem, ibidem*, p. 100.

³ *Idem, ibidem*, p. 101.

⁴ *Idem, Política Económica Internacional*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1922, pp. 3-4.

Essa concepção não foi objecto de exposição sistematizada, surgindo em observações dispersas ou integradas nos estudos relativos à situação internacional e acessoriamente à situação portuguesa.

No que respeita à economia internacional, Correia tomou inicialmente a situação de todo o período entre-guerras como uma situação de crise. Crise num primeiro momento política, resultante, nomeadamente, da instabilidade das fronteiras, das decisões de Versailles relativas à Alemanha – tema em que seguiu discretamente as opiniões críticas de Keynes –, das exigências americanas quanto ao pagamento das dívidas de guerra e da iminência de uma nova vaga revolucionária na Europa. Mais tarde, acentuará a referência aos aspectos propriamente económicos e monetários geradores da crise, salientando a desorganização do sistema monetário internacional, a falta de cooperação internacional após o termo da Primeira Guerra Mundial e as práticas proteccionistas adoptadas pelas principais potências, que admite serem consequência da “mística nacionalista” e de um “patriotismo mal compreendido”⁵.

Mesmo antes do eclodir da verdadeira crise da economia mundial em 1929, Correia havia considerado que as práticas proteccionistas adoptadas pelas principais potências não permitiam a recuperação da economia internacional, defendendo que a solução passava pelo regresso ao regime de tratados de comércio de longo prazo. Um dos mecanismos que propõe nesse âmbito é a recuperação da cláusula geral da nação mais favorecida, presente em muitos dos tratados de comércio internacional estabelecidos antes da Guerra. A aplicação desta cláusula surgia como um dos elementos centrais da sua visão doutrinária, sendo que a sua apresentação no plano histórico, como no jurídico e no económico, era um tópico fundamental do seu ensino.

Em termos gerais, a sua doutrina valorizava particularmente a ideia de cooperação e de liberalização das relações económicas internacionais. Nesse sentido, Correia manifestou esperança que esta pudesse concretizar-se mediante acordo internacional, a estabelecer na acima citada Conferência de Genebra de 1927, a primeira verdadeira tentativa,

⁵ *Idem, Estudos de Política Económica Internacional, op. cit., p. 75.*

frustrada, de organização das relações económicas à escala europeia no pós-guerra.

No entanto, a persistência das dificuldades económicas e, porventura, a mudança do ambiente político em Portugal e na Europa, levá-lo-iam, em meados dos anos 30, a uma modificação parcial da sua posição doutrinária, balanceando o seu liberalismo com uma mais forte dose de intervencionismo. Passou a admitir que “o intervencionismo do Estado na vida financeira e na política comercial tem a sua justificação”⁶ e que o liberalismo económico é “inadaptável à nossa época, ainda mesmo quando atenuado”⁷.

Os termos do intervencionismo proposto não eram inteiramente claros, mas Correia não deixou de revelar uma discreta simpatia pelo intervencionismo corporativo, notando mesmo, equivocadamente, que “a Itália fascista (...) apoiando-se no regime corporativo (...) pretende contribuir para o restabelecimento da economia mundial”⁸. Assume, então, a ideia de uma economia internacional dirigida e toma a Sociedade das Nações como “a entidade a quem possa ser confiada esta direcção”⁹.

Em qualquer caso, a visão doutrinária e programática de Correia, em particular nos anos 20, acolhe e promove a ideia de integração económica efectiva e formal no espaço europeu, a fórmula que se lhe apresenta como adequada para ultrapassar os protecctionismos paralisantes e para a reconstituição da economia internacional.

A experiência das comissões inter-aliadas que durante a guerra geriram em comum a aquisição e distribuição de alimentos, de matérias-primas ou a gestão dos transportes marítimos, e ainda do contacto com o proselitismo pró-europeu promovido pela Liga Pan-Europeia e pelo congresso de Viena de 1926 e, sobretudo, com as propostas de Aristides Briand apresentadas na Sociedade das Nações, levam-no a admitir existir uma “forma irresistível por que se tem imposto o conceito de Estados Unidos da Europa”¹⁰.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 153.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 154.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 154.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 158.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 119.

A proposta que apresentou a debate público numa conferência realizada em 1929, na Academia das Ciências de Lisboa, continha alguma ambiguidade, uma vez que tomava como inviável, a curto prazo, a hipótese de integração política, embora não deixasse de referir a necessidade de “um organismo político para deliberar sobre a distribuição das receitas, sobre novas tributações a estabelecer (...)”¹¹. A longo prazo, a situação seria diferente já que, tendo por modelo o *Zollverein*, considerava que “a federação económica mais ou menos perfeita não pode deixar de conduzir-nos a uma federação política”¹².

Propunha uma política de pequenos passos tendentes à uniformização fiscal, bem como à uniformização da legislação reguladora do mercado de trabalho, do mercado do crédito e da legislação comercial. Propunha, também, a criação de um banco internacional e previa a uniformização dos mercados cambiais, que considerava ser “poderoso incentivo para a unidade monetária”¹³.

Correia não nomeava, explicitamente, os países que admitia estarem em condições de aderir ao projecto, a não ser a Inglaterra, sublinhando a conveniência da participação deste país em resultado da sua tradição favorável à liberdade de comércio. Preconizava, até, que a Inglaterra assumisse um papel líder em todo o processo, ainda que ela pudesse apenas “colaborar”, “não participando ostensivamente no pacto colectivo”¹⁴, dadas as relações preferenciais que mantinha com os seus domínios.

Numa primeira fase, até à constituição definitiva da federação económica, as medidas de transição começavam pelo estabelecimento de uma trégua aduaneira, de dois ou três anos. Seguir-se-ia uma fase de duração indeterminada – apenas um “futuro não muito distante”¹⁵ – de diminuição progressiva dos direitos aduaneiros até à formação de uma união aduaneira plena. Igualmente indeterminado seria o período de instituição dos órgãos políticos.

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 132.

¹² *Idem, ibidem*, p. 133.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 127.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 128.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 133.

Correia antevia que os pequenos países ficariam expostos a “uma crise económica cujos efeitos se tornariam particularmente sensíveis na falta de trabalho, na perda de capitais imobilizados na indústria, no desequilíbrio das forças produtoras, cujos efeitos se fariam sentir em toda a economia nacional”¹⁶. Todavia, e apesar de não propor qualquer mecanismo redistributivo do rendimento global, entendia que a pior situação seria a do isolamento económico, pelo que os “pequenos Estados ver-se-ão compelidos a aderir ao futuro pacto para não terem de sofrer a perda de mercados”¹⁷.

A integração europeia seria, na sua visão, a forma adequada a combater o imperialismo norte-americano assente em grandes empresas industriais, num vasto mercado interno e na racionalização dos processos produtivos proporcionada pelos vastos recursos naturais, tecnológicos e financeiros disponíveis, de que resultava a baixa de custos de produção e uma grande capacidade concorrencial. Em consequência, preconizava, antes ainda da criação da citada federação europeia, a criação de *trusts* e de cartéis internacionais europeus com condições para enfrentar as empresas americanas. Contudo, Correia identificava alguns inconvenientes nesta forma de integração das economias. Apontava, desde logo, as eventuais situações de monopólio susceptíveis de anular as baixas de preço resultantes da redução dos custos de produção e a ameaça às economias dos pequenos estados, esmagadas pela concorrência destas organizações empresariais multinacionais. Por isso, considerando embora a cartelização uma “modalidade progressiva da economia internacional”, preconizava a intervenção dos Estados nos mercados cartelizados em ordem a “reduzir às devidas proporções as tendências imoderadas para o aumento dos lucros”¹⁸.

Em qualquer caso, a viragem no debate internacional favorecendo o reforço do nacionalismo logo no início da década de 30, bem como o estabelecimento em Portugal da ditadura militar e a posterior institucionalização do Estado Novo vieram retirar qualquer actualidade à proposta de Correia, que não voltou ao tema.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 130.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 131.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 55.

A problemática do desenvolvimento e da política económica portuguesa mereceu também a atenção de Correia, embora analisados frequentemente sob o prisma da sua articulação com a economia internacional.

A formulação doutrinária resultou num conjunto de propostas de política económica formuladas através de observações sectoriais. O ponto de partida era a constatação do atraso da economia nacional, ainda que esse atraso não fosse objecto de diagnóstico minucioso ou de qualquer análise quantitativa. Correia invocava dados reveladores do atraso, cuja causa principal era, a seu ver, um regime defeituoso da propriedade da terra. Mas o seu julgamento revelava-se igualmente pessimista acerca do estado da indústria, já que concluía que “o nosso comércio definha de ano para ano; não temos indústrias para transformar as matérias primas que enviamos para os outros países, donde as importamos, depois de adaptadas pelo trabalho estrangeiro para o consumo imediato”¹⁹. E semelhante era, ainda, a avaliação da situação em matéria de transportes, em particular a rede rodoviária e ferroviária e, sobretudo, a marinha mercante.

A falta de capacidade empresarial, as insuficiências da formação técnica e o desdém pela carreira mercantil eram reconhecidas por Correia como causas maiores do atraso da economia portuguesa, não esquecendo a ameaça que os “imperialismos industriais”²⁰ representavam para a economia dos pequenos estados e, necessariamente, para Portugal.

O enunciado das medidas susceptíveis de permitir a superação do atraso também não era objecto de grande detalhe, constituindo mais uma aspiração que um programa. A melhoria da instrução técnica e comercial e a reforma da administração pública, dotando-a de órgãos promotores da exportação, apareciam como as mais óbvias. Mas onde o seu pensamento sobre o processo de desenvolvimento se revelava de forma mais clara era na insistência numa política económica orientada para os mercados externos e, em geral, para uma maior inserção de Portugal na economia internacional, fazendo notar que “a exportação é um poderoso elemento de expansão económica”²¹.

¹⁹ *Idem*, *Anuário – 1913-14 a 1916-17*, Lisboa, ISC, 1917, p. 6.

²⁰ *Idem*, *Estudos de Política Económica Internacional*, *op. cit.*, p. 114.

²¹ *Idem*, *Política Económica Internacional*, *op. cit.*, p. 161.

A sua posição sobre as relações económicas externas também acabou por se revelar sensível à vaga corporativa. A ideia de uma estratégia de crescimento assente na exportação deu lugar a uma nova formulação marcadamente nacionalista segundo a qual “a ideia de exportar só podemos admiti-la em princípio no que respeita ao excesso de produção dum país”²².

O economista historiador

Francisco Correia, que enquanto professor nunca leccionou a cadeira de história económica, revelou interesse por esta área do saber, sendo a sua principal contribuição, em sobreposição a alguns estudos avulsos, a *História Económica de Portugal*, que publicou em 1929 e 1930.

Nessa obra, apresenta uma visão sintética da evolução da economia nacional desde os seus alvares até à implantação da República. É um estudo original surgido numa época de valorização da cultura histórica, e da história económica em particular, como o revelam a criação nesses anos das primeiras revistas da especialidade, a *Economic History Review* e os *Annales d'histoire économique et sociale*, e que, para mais acompanha o aparecimento na Europa desse género historiográfico particular que são as histórias económicas nacionais.

A narrativa de Correia, clara e por vezes sedutora, de factos políticos, factos económicos e instituições é irregular quanto ao detalhe informativo, mas é particularmente rigorosa no tratamento de alguns aspectos, designadamente da circulação monetária, dos pesos e medidas e da organização fiscal, tema caro a Correia e que vem na sequência do seu estudo de história da legislação fiscal, publicado alguns anos antes²³. Em contrapartida, revela-se acrítica perante alguns mitos da historiografia portuguesa, como por exemplo, a escola de Sagres ou a batalha de Ourique.

À época, a história económica em Portugal tinha um lugar muito discreto no ensino e na investigação, limitando-se a alguns estudos de

²² *Idem, Estudos de Política Económica Internacional, op. cit.*, p. 15.

²³ *Idem, Elementos de Direito Fiscal*, Lisboa, A Polycommercial, Livraria Editora, 1913.

pouco relevo até à publicação, antecedendo em alguns meses a obra de Correia, de *Épocas de Portugal Económico* de João Lúcio de Azevedo, então uma primeira verdadeira história económica de Portugal que seguiu uma periodização assente no conceito de ciclo de actividade ou produto dominante. Foi, por esta razão, a primeira a adoptar um critério económico original e claro e, porventura, a única a expressar a influência da escola histórica alemã.

Pelo seu lado, o estudo de Correia revela a perspectiva de um economista atento à dimensão histórica dos problemas nacionais e que nota, por isso, que a estrutura económica do país resulta de uma transição lenta de modalidades anteriores, “existindo, entre todas elas, uma íntima relação”²⁴. No entanto, esta anunciada íntima relação, na ausência de uma teoria da história, ou de uma teoria económica aplicada de forma sistemática, ou mesmo do recurso a um conceito chave, como sucedia na obra de Lúcio de Azevedo, não resultou numa interpretação consistente da dinâmica evolutiva da economia portuguesa ao longo do tempo. No seu lugar surge uma narrativa orientada fundamentalmente por uma visão idealista, pela intuição do autor e suportada por noções genéricas, como civilização, progresso, decadência, raça, dependência e outras, nunca claramente definidas.

À época em que Correia publicava os seus estudos histórico-económicos predominava em Portugal a chamada escola metódica, vinda no prolongamento da historiografia do século XIX. As características desta escola eram, em parte, partilhadas por Correia, sobretudo no que esta tinha de empirismo, resultante na narração de factos, valorizados de forma positiva ou negativa, de ausência de problematização, de valorização da acção dos grandes personagens, de afirmação nacionalista. No que respeita à erudição, Correia afastava-se desta escola pela circunstância de a sua historiografia não assentar em investigação arquivística original, mas em fontes secundárias, principalmente em obras de Alexandre Herculano, Luís Rebelo da Silva, Anselmo Braamcamp Freire, Henrique Gama Barros e João Lúcio de Azevedo e, ainda, pela circunstância de valorizar particularmente a dimensão económica.

²⁴ *Idem, História Económica de Portugal*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1929-1930, Vol. 1, p. v.

Neste quadro, a abordagem de Correia dá nota de uma epistemologia espontânea implícita, que resulta na ausência de uma teoria da história e, em consequência, em ambiguidades múltiplas.

Em primeiro lugar, na existência de diferentes interpretações da dinâmica económica e social. Nuns momentos, a interpretação apela aos interesses económicos, às “tendências utilitárias”²⁵, enquanto noutros momentos valoriza a dimensão ideológica e política. Na ausência de uma visão estrutural, a articulação entre as várias instâncias sociais, e por consequência entre os vários tipos de causas considerados, não é clara e tende a dar lugar a mera sobreposição destas.

Ambiguidade também na existência de explicações que se situam numa perspectiva tradicional e de senso comum, ao minimizar a relação complexa entre indivíduo e sociedade e ao empolar o papel de personagens individuais – *maxime* o Infante D. Henrique, o “apóstolo divinamente inspirado”²⁶ – e explicações que se situam, ainda que só pontualmente, numa perspectiva sociológica, na qual os sujeitos da história são colectivos humanos.

Ambiguidade ainda no critério de periodização adoptado. Correia adopta critério próprio da história política – os reinados –, logo agrupados em nove períodos que parecem definidos por critérios económicos, em particular pela configuração da organização económica e pelo maior ou menor ritmo de crescimento da economia, ainda que esses critérios nunca surjam claramente explicitados. Esta ambiguidade era, de alguma forma, assumida por Correia, ao notar que “muitos factos, traduzindo na aparência apenas uma feição política, são na sua essência as resultantes de tendências económicas”²⁷. Mas a referência a tais tendências também não é clara, uma vez que a exposição não oferece uma reconstituição analítica das estruturas económicas e da sua evolução, nem dados de natureza quantitativa ou qualitativa, mesmo que parcelares, susceptíveis de evidenciar aquelas tendências. Daí, a narrativa apresentar-se em larga medida como uma sucessão de medidas de política económica. Com

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 93.

²⁶ *Idem, Consequências Económicas dos Descobrimentos*, Lisboa, ISCEF, 1937, p. 15.

²⁷ *Idem, História Económica de Portugal, op. cit.*, Vol. 1, p. vii.

feito, mais que a evolução das estruturas económicas são as orientações e as medidas de política económica que constituem o eixo da narrativa e é essa circunstância que em última análise conduz o autor à adopção de um critério de periodização político.

Em consonância com esta visão, a explicação de alguns períodos identificados como de progresso material são por regra considerados como decorrentes de um conjunto de políticas económicas e de iniciativas mais ou menos avulsas, e com efeitos limitados no tempo, por governantes esclarecidos, como Pombal, Mouzinho da Silveira, Fontes Pereira de Melo ou Emídio Navarro, entre outros. Apenas por um momento Correia sugere uma explicação mais geral, e nesta circunstância em linha com a visão dos economistas clássicos e liberais, e que consistia em admitir que a chave do progresso estava na liquidação das instituições tradicionais, em particular o sistema fiscal de Antigo Regime. Essas instituições, ao impedirem a acumulação de capital e a expansão do comércio asfixiavam o progresso da nação: “com a implantação do regime constitucional, as reformas realizadas modificaram profundamente a economia da nação, que se foi libertando dos obstáculos que a não deixavam progredir”²⁸. A interpretação dos períodos de decadência ou do fracasso da industrialização segue o mesmo padrão. Também aqui as explicações adiantadas são essencialmente casuísticas, referindo, em repetidos momentos, perturbações resultantes das guerras ou de situações pontuais de dependência do estrangeiro como travões do crescimento.

Num plano mais geral, pode admitir-se que há em Correia algum eco da doutrina sergiana acerca da política de fixação *versus* política de transporte – “o comércio interno sofria também as consequências do abandono a que as fontes de riqueza da metrópole eram votadas pela administração pública, preocupada sobretudo com a exploração dos nossos domínios ultramarinos”²⁹. Em todo o caso, há outros elementos explicativos do atraso que percorrem toda a obra historiográfica de Correia, em particular, a fraca capacidade organizativa e empresarial do

²⁸ *Idem, ibidem*, p. xiv.

²⁹ *Idem, ibidem*, Vol. 2, p. 65.

povo português e, sobretudo, a falta de preparação cultural e técnica, que chega a apontar como causa do “atraso mental da nação que torna impossível o movimento progressivo indispensável para acompanhar a evolução dos outros países (...)”³⁰.

O momento-chave da obra historiográfica de Correia é, no entanto, pela originalidade e pelo impacto que obteve, a análise do Tratado de Methwen.

Este tratado, assinado em Lisboa em 1703 entre Portugal e a Inglaterra levantava a proibição de importação dos panos de lã ingleses, de melhor qualidade e preço mais baixo, e restabelecia os direitos de 15% *ad valorem*. Estabelecia, ao mesmo tempo, direitos preferenciais para os vinhos portugueses em Inglaterra. Correia admitiu que daí resultou o quase aniquilar da indústria têxtil portuguesa, gerando uma situação de dependência industrial e comercial da Inglaterra (e em menor escala de outros países) e um drenar do ouro vindo do Brasil. Em contrapartida, constituía, a seu ver, um estímulo ao sector do vinho, ainda que com sacrifício da produção cerealífera.

Este tratado, maioritariamente tomado como momento decisivo para o atraso da economia portuguesa, era visto por Correia como um elemento de progresso no plano da política comercial, já que, não impondo um regime de exclusividade, facilitava a intensificação das relações comerciais com a Inglaterra e o investimento directo estrangeiro inglês, constituindo por isso um estímulo ao crescimento da economia nacional.

Notou, então, que “a cultura da vinha intensificou-se prodigiosamente e o Alto Douro transformou-se num manancial de riqueza”³¹. Em contrapartida, Correia não acreditava nos industriais portugueses e na respectiva capacidade organizativa e tecnológica para montarem um sector têxtil com capacidade para concorrer internacionalmente e, menos ainda, de expandirem a experiência industrial aí, eventualmente, acumulada, para outros sectores da economia, gerando um processo modernizante.

³⁰ *Idem, ibidem*, p. 98.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 47.

Mas o argumento decisivo para demonstrar a bondade do tratado surgiu numa breve e implícita alusão à teoria ricardiana das vantagens comparativas: “a política económica internacional não pode hoje tolerar o absurdo de que, num tratado de comércio, se um país lucra o outro há-de necessariamente perder”³². Correia, que não se deixou impressionar pelos relatos sobre a pressão política e diplomática exercida pela Inglaterra para levar o Estado português a assinar o tratado, também não se deixou impressionar pelo exemplo de resistência da Prússia a pressões semelhantes ao longo do século XIX, de que resultou a sua emergência como a maior e a mais dinâmica economia da Europa continental. Optou por invocar um tratado mercantilista para legitimar a sua opção liberal pela liberdade de comércio.

Correia interessou-se também, ainda que marginalmente, pela história das ideias económicas, embora no âmbito estrito das relações internacionais. Em alguns momentos para através de alusão selectiva a correntes de pensamento, ou a ideias avulsas, compor uma tradição susceptível de conferir legitimidade às suas próprias ideias, em matéria de doutrina ou de política económica. Neste sentido, referiu de forma sumária doutrinas pré-modernas, como ao mercantilismo, para, de forma implícita, condenar, em termos gerais, o protecçãoismo, que num dado momento histórico aparecia associado àquela doutrina, mas que, naturalmente, tinha expressão no mundo contemporâneo, e referiu também alguns precursores do que designava de continentalismo para legitimar a sua proposta de integração europeia.

Noutros momentos procedeu à análise sistemática da obra de um autor, ou de uma corrente de pensamento, em articulação com múltiplas determinações – o contexto social, político e cultural da época – que convergem na produção e disseminação dessas ideias. O mais relevante dos seus estudos neste âmbito é o que dedicou à figura de Richard Cobden³³, um economista, industrial e político, um *self-made man* que atingiu um lugar de destaque na vida pública e que revelou capacidade de influenciar a evolução da política económica externa da Grã-Bretanha.

³² *Idem, ibidem*, p. 63.

³³ *Idem, Ricardo Cobden – a sua vida e a sua obra*, Lisboa, ISCEF, 1936.

Ao ter contribuído de modo relevante para “o desmoronamento definitivo dos edifícios das velhas doutrinas económicas [proteccionistas]”³⁴ tornou-se figura exemplar aos olhos de Correia, legitimando em alguma medida a sua própria acção.

O legado de Francisco Correia

Quando faleceu, aos 61 anos de idade, Francisco António Correia, para além da sua vasta colaboração nos aparelhos administrativo, ideológico e político do Estado, deixou uma obra económica relevante dedicada essencialmente aos problemas da economia internacional.

Foi pioneiro em Portugal no ensino e na investigação nesta subárea científica para cuja individualização e reconhecimento muito contribuiu, revelando-se um dos mais notáveis professores de economia na primeira metade do século XX.

Situou-se na tradição teórica eclética e, como também era corrente na sua época, adoptou uma concepção de ciência normativa, articulando o saber positivo, descritivo ou mediado por conceitos abstractos, com apreciações doutrinárias e com as respectivas consequências no plano da acção político-económica.

Os seus escritos de política económica internacional, com uma linguagem rigorosa, marcaram sucessivas gerações de estudantes de Economia, e apesar de ignorarem tendencialmente os aspectos monetários e financeiros, só foram superados quando da reorganização da cena do pensamento económico ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, com a importação da síntese neoclássica-keynesiana.

Menos estruturada, mas igualmente inovadora, foi a obra historiográfica. Apesar da fraqueza teórica e metodológica que preside à narrativa, teve o mérito de destacar a dimensão económica e de revelar informação sintética relevante em detalhes informativos, particularmente no âmbito do direito fiscal, mas no essencial, constituiu uma obra de divulgação, com manifesta intenção patriótica e de legitimação da doutrina liberal.

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 8.

A independência política de Correia relativamente a partidos e a outros grupos instalados no aparelho de estado terá limitado o seu potencial de influência na definição de políticas públicas. A sua participação nos governos foi demasiado breve para ter deixado marca relevante. E a discrição da sua intervenção no espaço público, avessa a polémicas e controvérsias, terá também limitado a visibilidade da sua acção.

A sua intervenção política obedeceu ao cânone liberal, ainda que moderado, já que via na burguesia portuguesa uma força social demasiado fraca para dispensar o apoio do Estado. No plano externo, a sua acção foi no sentido da defesa da liberalização das relações económicas internacionais e do pacifismo. Foi nesse sentido que se assumiu como um europeísta precursor dos movimentos de integração económica que vieram a singrar após a Segunda Guerra Mundial.

Correia foi, pois, um inovador enquanto director do ISC, enquanto cientista e professor, enquanto colaborador do aparelho diplomático e em alguma medida um visionário a respeito da integração da economia portuguesa numa união europeia. Um legado intelectual que deve ser revisitado.

Índice

- 7 Nota de Abertura
- 11 Editorial
- FRANCISCO ANTÓNIO CORREIA
(1877, TORRE DE MONCORVO - 1938, LISBOA) – O PROFESSOR,
O HISTORIADOR, O POLÍTICO, O ECONOMISTA, O DIPLOMATA**
- 17 **ADÍLIA FERNANDES**
Francisco António Correia (1877-1938) – Esboço biográfico
- 31 **ANTÓNIO JOSÉ QUEIROZ**
Francisco António Correia – Ministro dos Negócios
Estrangeiros (1920) e Ministro das Finanças (1921)
- 49 **AURÉLIO DE OLIVEIRA**
O tratado de Methuen (1703) na obra historiográfica de
Francisco António Correia
- 59 **CARLOS BASTIEN**
O economista Francisco António Correia (1877-1938)
- 81 **JUSTINO MAGALHÃES**
Ensino Comercial e Desenvolvimento Económico
Revisitando a obra de Francisco António Correia
- 99 **NORBERTO CUNHA**
O Projecto Europeísta de Francisco António Correia
- 157 **TERESA NUNES**
Portugal entre a velha e a nova Europa
As percepções de Francisco António Correia sobre o
pós-Grande Guerra

VARIA

- 181 ADRIANO VASCO RODRIGUES
As origens de Longobriga, uma terra do Alto Douro
- 185 ANTÓNIO JOSÉ PINTO DO FUNDO
A elite municipal no período de afirmação do Estado Liberal
Penafiel, 1834-1851
- 205 ANTÓNIO PIMENTA DE CASTRO
General Pimenta de Castro
Um militar republicano no contexto da Primeira República e
da Primeira Guerra Mundial
- 221 AUGUSTO MOUTINHO BORGES E PEDRO TEOTÓNIO PEREIRA
Santo António Militar a norte do rio Douro
Devoções urbanas e nas Praças-de-Guerra
- 237 EDUARDO DOMINGUES
Trancoso – entre o bem e o mal
- 267 FILIPE PINHEIRO DE CAMPOS
Em torno de um processo de Familiar do Santo Ofício
Os *reveses* de António Luís de Abrunhosa (1771-1773)
- 285 JOÃO PAULO BRAGA
Camilo à procura de uma história por terras do Minho
e de Trás-os-Montes
- 299 JORGE FERNANDES ALVES
“O trabalho é cosmopolita”
Emigração para o Vale do Amazonas a partir do Noroeste
Ibérico

- 335 MARIA ENGRÁCIA LEANDRO
 Emoções e sentimentos nas teias do social
- 367 MARIA IVONE DA PAZ SOARES
 Pelo crivo da confissão
- 395 MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE
 “O outro” e a escrita epistolar entre Jorge e Mécia de Sena
- 415 NORBERTO FERRAZ
 A Irmandade das Almas de São Vítor
 Diocese de Braga, século XVIII
- 429 ODETE PAIVA
 Torre de Moncorvo
 A Academia dos Unidos (1730) e a nova Academia (1785)
- 461 PAULA SOFIA COSTA FERNANDES
 Salvar a alma, perpetuar o nome e fomentar o culto divino
 através da realização de festas religiosas. O legado do
 Dr. Manuel da Costa Velho, abade de Castelões de
 Cepeda, na segunda metade do século XVIII
- 485 VIRGÍLIO TAVARES
 José Augusto Tavares – Abade Tavares (1868-1935)
 Aproximação documental ao local de nascimento

ISSN 2182-0252



9 772182 025003